

## A SUBALTERNIDADE NAS RELAÇÕES DE GÊNERO: APONTAMENTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA

Sandra Regina Rocha de Lima<sup>1</sup>

Josiane Peres Gonçalves<sup>2</sup>

Tiago Duque<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo pretende por meio da perspectiva pós-estruturalista analisar a constituição da possível subalternidade existente nas relações de gênero, mediante realização de pesquisa bibliográfica norteada por alguns autores desta perspectiva como Guacira Lopes Louro, Michel Foucault e outros. E com isso, possivelmente vislumbrar os possíveis instrumentos e estratégias que podem ser utilizados na Educação para desconstruir elementos que possivelmente subalternizam as relações de gênero, para assim gerar reflexões sobre essa temática a fim de contribuir para os estudos/pesquisas referentes às questões de gênero presentes nas produções científicas brasileiras.

**Palavras-chave:** Pós-estruturalismo, Gênero, Subalternidade, Educação.

### ABSTRACT

This article intends, through the poststructuralist perspective, to analyze the constitution of the possible subalternity existing in the gender relations, through the accomplishment of bibliographic research guided by some authors of this perspective, such as Guacira Lopes Louro, Michel Foucault and others. And with this, possibly to glimpse the possible instruments and strategies that can be used in Education, to deconstruct elements that possibly subalternize the gender relations, in order to generate reflections on this thematic, in order to contribute to the studies / research on the issues of genres present in Brazilian scientific productions.

**Keywords:** Post-structuralism, Gender, Subalternity, Education.

- 
- 1- Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal (PPGE/CPAN/UFMS). Graduada em Psicologia pelo CPAN/UFMS. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE – CNPq/UFMS). E-mail: sandreregina.35@outlook.com
  - 2- Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (UFMS/CPAN) e da Faculdade de Educação (UFMS/FAED). Professora dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais e Pedagogia da UFMS/CPNV. Líder do GEPDGE – CNPq/UFMS. E-mail: josiane.peres@ufms.br
  - 3- Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus Pantanal (PPGE-CPAN) e do Programa em Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Humanas (PPGAS- FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do Impróprias - Grupo de pesquisa em gênero, sexualidade e diferenças (CNPq/UFMS). E-mail: duque\_hua@yahoo.com.br

## **Introdução**

Atualmente, as questões de gênero estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade em discussões relativas às legislações vigentes pela evidência da mídia em propagandas e debates, e também pela tentativa das “bases conservadoras” de suprimir esta temática da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De certo modo, a negação em debater sobre gênero faz com que o *status quo* da subalternidade entre os gêneros masculino e feminino permaneçam como estão ou que até ocorram retrocessos nas conquistas femininas obtidas até os dias de hoje.

A relevância de se pesquisar a subalternidade entre os gêneros masculino e feminino vem ao encontro dos anseios atuais de uma parcela da sociedade que clama por avanços nas mudanças que há tanto tempo vem ocorrendo no papel, nas leis, mas não na prática. Evidencia-se, em certos momentos, o poder exercido do gênero masculino sobre o feminino seja de caráter individual ou coletivo.

A perspectiva pós-estruturalista vem abrindo com suas teses, desde a década de 60 do século XX, novos espaços sociais de discussão para desconstruir o que há séculos vem sendo construído sobre bases sociais patriarcais e positivistas, visando sempre o controle sobre uma sociedade em relação a subjetividade e a organicidade dos indivíduos que fazem parte dela.

Essa perspectiva vem propor a reflexão por meio do conhecimento de si e do processo de significados que são interpretados pelos indivíduos em relação a realidade que vivem. Nisso, acreditamos que fará com que exerçam o “poder” em suas vidas por meio desse saber, saindo de muitas situações em que a subalternidade nas relações sociais os fazem ser um indivíduo que age em conformidade com o que lhe é designado.

O caminho desta desconstrução é longo e está sempre se reinventando a partir das amarras que vão sendo cortadas pela ação do saber-poder presente no arcabouço teórico de Michel Foucault e demais autores pós-estruturalistas. A educação é um instrumento nesse processo de desconstruir para construir uma realidade em que haja igualdade social nas relações de gênero.

## **Pós-estruturalismo: desconstruir para construir**

A perspectiva pós-estruturalista, segundo Silva (2010), refere-se a uma categoria de certo modo transitória e diferenciada (advinda do estruturalismo) e que faz uma análise do sujeito resultante de um processo cultural, social e histórico sem nenhuma especificidade inata

ou essencial. “O pós-estruturalismo limita-se a teorizar sobre a linguagem e o processo de significação” (SILVA, 2010, p. 117).

Silva ainda descreve de maneira geral sobre a concepção do estruturalismo, como o próprio nome supõe, o entendimento sobre estrutura que literalmente é aquilo que sustenta, mantém algo de forma subentendida nos seus devidos lugares. Segundo Mendes (2015, p. 46), os teóricos pós-estruturalistas procuram desvendar, desconstruir esta estrutura, “trabalhando com ideias como instabilidades estruturais (aberturas) e relativizações do processo de significação da realidade”.

A linguagem é um dos fatores preponderantes que podem favorecer uma construção social de privilégio em relação a um dos gêneros; e na língua portuguesa, por exemplo, isso está explícito na regra utilizada no currículo escolar em que se é obrigado a reportar a homens e mulheres (que estejam no mesmo recinto), usando a forma masculina mesmo quando o número de mulheres é superior ao número de homens (FERNANDES, 2008).

Em uma breve explicação de como vem sendo construído o pós-estruturalismo, encontramos nas palavras de Peters que:

É importante, quando se discute o pós-estruturalismo, reconhecê-lo como um movimento (no sentido musical do termo, talvez) ou como uma complexa trama formada de muitas e diferentes correntes. Podemos dizer também que o pós-estruturalismo, como um movimento, está em sua terceira ou quarta geração. Os efeitos teóricos do trabalho da primeira geração (Foucault, Derrida, Lyotard, Deleuze) são claramente evidentes em uma variedade de disciplinas, incluindo a filosofia, a sociologia, a política e os estudos culturais, entre outros. Se o pós-estruturalismo, em sua primeira e segunda gerações, pode ser visto como, em grande parte, um empreendimento francês, a situação agora é bem diferente: os pós-estruturalistas de terceira e quarta gerações (feministas, pós-colonialistas, psicanalistas, neofoucaultianos, neodeleuzianos, neoderrideanos) procuram desenvolver e aplicar o pensamento da primeira geração em uma série de experimentos e de mutações teóricas, escapando a qualquer tentativa de uma definição única, porque o pensamento pós-estruturalista é uma obra em andamento (2000, p. 46)

Considerando a citação acima, entendemos que o pós-estruturalismo está sempre em movimento, rompendo até mesmo com o que ele próprio produz, por isso esta dificuldade em defini-lo “estruturalmente” em um conceito em que se fala: é isso e ponto!

### **Construção do conceito de gênero**

De acordo com Piscitelli (2009), antes mesmo das teorizações pós-estruturalistas, o estudo de Margaret Mead, pesquisadora estadunidense na década de 30 do século passado,

“desnaturalizou” a ideia de que os comportamentos e ações dos gêneros masculinos e femininos (antes entendidos como “temperamentos”, por ainda não existir a categoria gênero) seriam naturais de cada sexo com investigação realizada com três tribos na África, nas quais eram longe uma das outras e os comportamentos referentes aos gêneros eram muito distintos. Em uma das tribos, os Montanhese Arapesh, tanto os homens como as mulheres eram maternais, sociáveis, cooperativos e poucos individualistas. Na tribo Mundugumor, ambos os sexos eram agressivos e implacáveis. E na tribo Tchambuli, a mulher era dominadora e impessoal e o homem emocionalmente dependente. Concluindo que as experiências dos gêneros dependem da cultura vivenciada pela sociedade e não é algo inato e universal aos sexos.

Mas do ponto de vista pós-estruturalista ao refletir sobre as identidades de gênero e sexuais, Louro (2014) destaca que elas são construídas dentro das relações sociais, fazendo com que a significação entre elas seja mais complexa e distinta do que a oposição entre dois extremos. Isto é, as várias formas de gênero afetam uns aos outros; em suma, um gênero é construído a partir do outro.

Há séculos são produzidos padrões de normas e artifícios para que corpos e comportamentos sejam produzidos pelos indivíduos a fim de coincidir com o que é dito como “normal” instituído por discursos de verdade, advindo das ciências médicas, da população e das religiões (BIROLI, 2018). E o que sai destes “padrões e normas” é visto como anormal e imoral como se fosse um inimigo a ser combatido.

Em determinados contextos socioculturais, os modelos considerados e aceitos das relações familiares, afetivas e sexuais são estabelecidos e, da mesma forma, ocorre em relação as leis sobre família, sexualidade e reprodução, corroborando até para a manutenção ou até para a transformação de valores (BIROLI, 2018). No entanto,

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 2014, p. 45)

Veremos a seguir como as relações de poder instituídas desde a formação da humanidade ainda transformam e alteram as relações sociais, fazendo perpetuar as desigualdades e subalternidades, porém geram a resistência e luta e com isso movem avanços nos direitos individuais e coletivos a partir do marco histórico na luta pela liberdade, igualdade e fraternidade ocorrido com a Revolução Francesa (1789-1799) até os dias atuais.

## **Subalternidade e Poder**

Nas sociedades, cada uma com as suas especificidades, o contexto histórico permitirá que aconteça um melhor entendimento sobre as relações de poder existentes nos processos de submissão dos indivíduos, podendo coexistir várias condições de subalternidade ao mesmo tempo (LOURO, 2014).

Apesar disso, Piosiadlo et al. (2014) destacam que no Brasil a produção e reprodução da desigualdade social entre os sexos é ainda gritante e, em consequência desta desigualdade, a subalternidade feminina continua cada vez mais presente nas relações sociais. Afinal, os sujeitos se constroem como masculino e feminino a partir dos símbolos, significados, representações, discursos e práticas que comumente se entrelaçam nas relações sociais, pautando suas formas de ser e estar na realidade em que estão (LOURO, 2014).

Na história de luta das mulheres, eliminar o preconceito sempre foi o ponto chave para se ter igualdade, liberdade e participação social, e na sociedade brasileira a mulher tem o seu posicionamento, em certos momentos, questionado (SABINO; LIMA, 2015). Nós conseguimos nos desvencilhar do patriarcalismo em que o Brasil está imerso desde a sua “colonização”? Possivelmente não e com isso os preconceitos se concretizam de várias maneiras na realidade das mulheres - na forma do acesso à educação, à saúde, em certas profissões que são “unicamente” para homens, cargos de chefia e por meio de salários desiguais (SABINO; LIMA, 2015).

No que diz respeito a dinâmica do poder, Foucault (2018) considera que o poder se exerce e só existe se estiver em ação; ele não se troca e não se dá para alguém. Por conseguinte, Narvaz e Nardi (2007) entendem que Foucault admitia que alguns “grupos minoritários”, como o das mulheres, precisavam lutar por liberdade, mas sem que se “perdessem” na identidade coletiva, mantendo sempre as particularidades existentes na subjetividade de cada uma.

Com isso, exercer o poder não tem como ser entendido sem a consequência da resposta que virá dessa “ação” do poder, no qual é uma força empregada sobre um agente que terá uma contra-ação (resistência) e não em um objeto passivo que seguirá estático (FONTOURA, 2008). Sendo assim, vem o “efeito rebote” da ação do poder que com a repressão gera a resistência e possivelmente a transformação do que está engendrado como “a verdade”.

O poder sendo analisado na perspectiva pós-estruturalista é visto como uma força mutável e flutuante, não tendo alguém fixo como o seu detentor como salienta Peters (2000,

p. 44): “O poder está disperso por todo o sistema social, estando estreitamente vinculado ao saber. O poder é produtivo porque ele não é apenas repressivo, mas também cria novos saberes – que podem não apenas oprimir, mas também libertar”.

Tem sido analisado por diferentes movimentos femininas e/ou intelectuais a partir das diferenças biológicas entre o sexo masculino e feminino o “porquê” das desigualdades, porém para tentar justificar uma subalternidade de um gênero em relação ao outro, as configurações sociais como as formas de representatividade de cada um na sua sociedade de origem podem ser as causas deste conflito (LOURO, 2014).

Segundo Louro (2014), a dicotomia dos gêneros pressupõe que a relação existente entre masculino e feminino seja, na maioria dos casos, uma relação de poder em que um polo é o dominante e o outro o dominado. A autora coloca em voga que para possivelmente ocorrer uma desconstrução desta subalternidade é necessário fazer com que os sujeitos percebam que o poder pode ser exercido de várias formas independente de um gênero ser “estaticamente” o dominado, e o outro ser o dominante. Não existe somente a dicotomia entre ser homem e mulher e, sim, várias dicotomias como de classes, religiões, raças e idades, saindo da prerrogativa de “homem dominante” contra a “mulher dominada” (LOURO, 2014).

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras) (LOURO, 2014, p. 36)

A questão da “fragmentação dos polos” que Louro cita acima mostra, de certo modo, que seria mais um marcador que estabelece o exercício de poder entre eles. Existem outros marcadores como a classe social, étnico-racial, idade e sexual que podem corroborar para ocorrer a subalternidade, independente do gênero do sujeito. Por exemplo: uma mulher sendo subalterna a outra mulher por questões internas (subjetivas) referentes a outros marcadores sociais, como a classe social. Isso nos traz uma melhor compreensão do que ocorre nos movimentos feministas no que se refere à discriminação e dominação em diferentes esferas sociais, pois a categoria mulher é dividida também em classes sociais, raças/étnicas, culturais e em faixas etárias (LOURO, 1995).

### **Considerações Finais**

Não é pretendido com este breve recorte teórico dizer que a situação de anos e anos de subalternidade na relação de gênero, masculino e feminino está perto de uma elucidação. Até mesmo porque várias configurações de gêneros têm surgido ao longo das décadas, como por exemplo, as/os transgêneros e as/os transexuais, trazendo ainda mais questões a serem debatidas, compreendidas e resolvidas na sociedade.

A Educação como instrumento nesse processo de saber-poder é uma das estratégias possíveis na geração de reflexões e ações de uma prática para desestruturar as narrativas carregadas de preconceitos em relação à caracterização social do gênero determinado a partir do sexo biológico do sujeito, descartando toda a sua vivência e subjetividade relacionado ao seu ser. E a perspectiva pós-estruturalista com o pressuposto de desconstruir para construir vem ao encontro aos que almejam por esta mudança nos processos educacionais e subjetivos dos sujeitos.

Como Louro (2014) afirma para que a lógica da desconstrução possa acontecer, devemos considerar todo o contexto histórico e a estrutura hierárquica que está inserida nesse processo de construção das polaridades entre os gêneros, mostrando-se assim que os termos que foram instituídos são resultados de uma construção social e não inata e imutável.

É relevante que mais produções teóricas e empíricas aconteçam nesta temática para que possíveis propostas de práticas libertadoras – não digo que não existem – mas que possam alcançar ainda mais os que precisam para enfrentar a subalternidade, reconhecendo as desigualdades que lhe acometem e como se produzem e se reproduzem na tentativa da quebra desse ciclo que, na maioria das vezes, perpassa de gerações e gerações. O Estado deveria ser o primeiro a conduzir esse processo, principalmente quando um dos focos da Constituição Cidadã de 1988 é a igualdade de todos diante da lei.

## REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gêneros e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 227.

FERNANDES, Nilson Dinis. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, maio-agosto, 2008, p. 477-492. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302008000200009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302008000200009&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 01 nov. 2018.

FONTOURA, Cesar Tadeu. Michel Foucault e a problematização do poder. **Rev.Intuitio**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 2008, p. 68-88. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/4039/3338>> Acesso em: 11 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 432.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, jul/dez. 1995. p. 101-132. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722/40669>> Acesso em: 12 nov 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.184.

MENDES, Cristiano, Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 30, n. 88, junho, 2015, p. 45-59. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10742576003>> Acesso em: 01 nov. 2018.

NARVAZ, Martha; NARDI, Henrique Caetano. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 45-70, mar. 2007. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482007000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100005&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 10 nov. 2018.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000, p. 96.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlins & Vertecchia, 2009. p. 150-193.

PIOSIADLO, Laura Macedo. FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. GESSNER, Rafaela. Subalternidade de gênero: refletida na vulnerabilidade à violência doméstica contra uma mulher. **Revista Escola Anna Nery Enfermagem**. Rio de Janeiro, v.18, n. 4, 2014, p. 728-733. Disponível em: <[http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127732789026\\_2](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127732789026_2)> Acesso em 05 nov. 2018.

SABINO, Maria Jordana Costa. LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, setembro-dezembro, 2015, p. 713-734. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38142136004>> Acesso em: 30 out. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: Uma Introdução às Teorias de Currículo. 3º Edição. Editora Autêntica. 2010